

O PLANO VERÃO

O PLANO VERÃO: PRELÚDIO AO PLANO INVERNO (OUTONO?)

*Roberto Camps de Moraes**

Quando o Plano Bresser foi concebido e implementado, já se sabia (inclusive os seus autores) que um novo choque, com objetivos mais ambiciosos do que simplesmente evitar uma hiperinflação no curtíssimo prazo e restaurar o equilíbrio externo, seria inevitável. Tinha-se claro que o Plano Bresser era simplesmente um minichoque de transição entre um regime de indexação (o "gatilho") que havia demonstrado as suas propriedades explosivas quanto aos preços e um novo regime (o da URP) que se imaginava pudesse ser compatível com um patamar inferior de inflação.

Dezenove meses depois (jun./87-dez./89), a inflação mensal voltava a taxas insuportavelmente altas (28,8%) e que situavam, novamente, a economia à beira da hiperinflação. Durante esse período, as autoridades econômicas do Governo preparavam um pacote de medidas que se pretendia fosse o "definitivo". Por "definitivo" deve-se entender algo que reduzisse dramática e permanentemente a taxa de inflação e pusesse "ordem na casa". Em outras palavras, algo que realmente mexesse nas variáveis básicas que determinam os "fundamentais" da economia e a recolocasse numa trajetória de crescimento equilibrado.

O diagnóstico da situação, àquela altura dos acontecimentos (fins de 1988), era quase consensual: a aceleração inflacionária recorrente a cada novo regime de indexação (e não a fantasia da "inflação inercial") era fruto de um desequilíbrio fundamental do setor público que se refletia (e continua a fazê-lo) no "'deficit' público" e na "dívida pública", esta última constituída por seus componentes interno e externo. A "origem" do desequilíbrio remonta à crise cambial de 1982, quando as fontes

* Professor da UFRGS.

de financiamento não inflacionário do setor público (basicamente externas) deixaram de existir. Muitas coisas aconteceram desde então: uma recessão, a conversão da economia a um novo padrão de equilíbrio externo (com saldos enormes na balança comercial), o Plano Cruzado e suas consequências, etc. Uma coisa, no entanto, não aconteceu: o ajustamento fiscal do Governo a uma nova situação em que ele não pode mais contar com a poupança externa para o financiamento do setor público. Não se está dizendo aqui que o Governo não realizou cortes de gasto desde 1982; esta-se apenas afirmando que a magnitude dos cortes não foi suficiente e, simultaneamente, que a receita tributária não cresceu na medida necessária. Além disso, o esquema de financiamento via títulos da dívida pública é equivalente à monetização do "deficit" nas circunstâncias institucionais presentes na economia brasileira. Isto ocorre pelo fato simples de que a dívida pública é quase totalmente líquida.

O diagnóstico acima indica uma terapia única: cirurgia nas contas públicas. Enquanto o País viveu a fantasia do Plano Cruzado, baseada na hipótese errada de que o "'deficit' operacional está praticamente zera-do", a magnitude desse desequilíbrio foi ocultada e, durante um breve período, a remonetização da economia viabilizou uma redução na dívida interna. Depois das grandes frustrações pós-cruzado, as "ilusões fiscais" dissiparam-se nas mentes mais heterodoxas e o "deficit" público passou a ser o vilão consensual. As divergências remanescentes quanto ao diagnóstico repousam apenas na identificação dos componentes do gasto que são os responsáveis maiores pela pressão inflacionária. Alguns afirmam que a inflação deriva do componente externo e/ou interno dos juros, enquanto outros afirmam que a causa maior está no gasto com pessoal. Outros ainda preferem responsabilizar os subsídios em geral. Há também quem sugira um aumento de impostos. O fato simples é que, quando um copo cheio de água transborda, não há sentido em tentar identificar qual foi a gota que produziu o transbordamento. O que é relevante, no caso do "deficit" público, é identificar que gastos podem efetivamente ser cortados (minimizando os custos sociais e os danos à dotação de capital físico do País) e que receitas tributárias podem ser acrescidas. Além disso, nunca é demais lembrar que a dívida pública é a integral com juros e correção monetária dos "deficits" públicos passados. Para reduzir o estoque, é necessário, primeiro, interromper os fluxos que o alimentam. Fazer o contrário significa calote com custos: ou monetização completa e pura com hiperinflação ou moratória com recessão.

No Plano Verão, o Governo resolveu anunciar um pacote que atacaria os vários componentes do "deficit" público: redução de subsídios, fechamento de entidades públicas, privatização de empresas públicas, demissão de pessoal e um esquema de desindexação que, em um primeiro momento, equivalia a uma pequena moratória interna da dívida. Além disso, o Governo

decidiu suspender temporariamente os leilões de conversão da dívida externa, sugeriu implicitamente que iria deixar o câmbio fixo durante um período (ao efetuar uma mididesvalorização), anunciou a vigência de uma taxa real de juros alta por um período indefinido, aboliu o indexador oficial até então usado (OTN) e, para não fugir à tradição heterodoxa, decretou o inevitável congelamento de preços e salários. A fórmula de conversão dos salários sugerida pelo Governo para a entrada no novo regime procurava manter a média real obtida em 1988. No papel, todo esse conjunto de medidas surpreendeu favoravelmente os mais céticos pela abrangência e consistência. Os erros cometidos pelos seus antecessores (Planos Bresser e Cruzado) estavam aparentemente eliminados; haveria um esforço genuíno de contenção do gasto público, a política monetária controlaria a demanda agregada e a economia seria desindexada nos seus elementos mais realimentadores da inflação.

Faltou apenas uma condição: a força política do Governo, a qual é, em parte, uma função de sua credibilidade. Sem esta última, não há agente econômico que "colabore" com o seu comportamento na direção desejada. Também é um reflexo da ausência de credibilidade que o Congresso não tenha aprovado as privatizações, que entidades públicas tenham sido resuscitadas, que a greve geral tenha tido um certo êxito e, finalmente, que as muito anunciadas demissões não tenham acontecido. Também em nada ajudou a recente inauguração do primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul. Some-se a tudo isso o extraordinário crescimento da base monetária no primeiro trimestre de 1989 (aproximadamente 80%). E não poderia constituir-se em surpresa o fato de que a inflação oficial de fevereiro (após a correção da distorção provocada pela mudança dos períodos no índice) tenha ficado em 32,7% (tendo a de janeiro ficado em 37,6%). Claramente, o dado referente a março (6,09%) ficou acima do que esperava o Governo e não convenceu a ninguém de que estamos convivendo com um patamar inferior e sob controle. Outros índices (como o do IEPE para Porto Alegre, que foi de 10,16% em março) ficaram acima.

Qualquer prognóstico realista indica uma rápida reaceleração inflacionária com a perversa espiral reindexação-preços. O fôlego do Plano Verão no represamento artificial de preços será bem menor do que o do Plano Bresser. As medidas corretivas que são anunciadas - "realinhamento" de preços e fixação de regras para reajustamento automático de salários - só fazem jogar mais lenha nas expectativas inflacionárias. Nessas circunstâncias, o que se pode esperar para o resto do ano é uma sucessão de tentativas de represamento artificial dos preços por parte do Governo, caracterizando um estado de "hiperinflação reprimida" com estagnação. Os indicadores conjunturais mais recentes (emprego industrial em São Paulo, da FIESP) apontam uma inequívoca tendência à queda. Nada indica que, diante de um quadro de tanta desordem financeira, o lado da oferta agregada

da economia vá responder adequadamente à fome de bens que o lado da demanda deverá experimentar durante o ano. Esta última deverá resultar da própria situação hiperinflacionária com preços represados e expectativas de "descongelamento" (ou "realinhamento") renovadas.

A esse cenário negro de curto e médio prazos deve-se acrescentar a tendência recorrente à informalização da economia. Além disso, a saída de capitais deve aumentar, o que, somado a uma paralisação previsível do investimento privado (diante das incertezas políticas), só poderá agravar o quadro econômico. O conflito distributivo também tende a aumentar em face da inflação e das perdas de produção decorrentes da queda de investimento e das próprias greves e para ligações. Essa dinâmica perversa do lado real da economia certamente se refletirá no lado monetário através de uma pressão inflacionária adicional.

Diante de tanta escuridão econômica, seria bom lembrar que, para o longo prazo, há sinais positivos. Um deles é a nova atitude dos credores externos, que resultará seguramente em um alívio nas condições de pagamento da dívida externa. Um outro é a perspectiva de um novo Governo; por pior que ele seja, o novo Governo tentará, com uma dose renovada de capital político, uma nova política antiinflacionária. Se ele for bem sucedido nessa política de estabilização, muito provavelmente a economia reagirá de uma forma positiva, retomando rapidamente o investimento e, com isto, o seu corolário, o crescimento. Resta-nos, portanto, contrariar Keynes e estarmos vivos no longo prazo. Isto não será tão difícil, pois mais de 50% da população brasileira tem menos de 25 anos de idade.